

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Aparecido Igor Oliveira Pereira¹

Jardel Rodrigues Dias²

Gilcielle Primo de Oliveira³

¹Tutor Presencial do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE; Pedra Branca, Ceará, Brasil; aparecido.igor@uece.br

²Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE; Pedra Branca, Ceará, Brasil; jardel98rodrigues@gmail.com

³Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará-UECE; Pedra Branca, Ceará, Brasil; gilcielleprimo@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como temática “Desafios da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil” e busca em seu objetivo geral: Analisar de forma crítica sobre os principais desafios nas escolas brasileiras relacionados à materialização da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Além do objetivo geral, é proposto também na construção desse trabalho, o alcance dos objetivos específicos, sendo esses: Realizar uma contextualização histórica acerca da história da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil e apontar os principais desafios na oferta de uma educação inclusiva nas escolas brasileiras. A metodologia utilizada na construção do presente trabalho caracteriza-se como qualitativa, utilizando-se do método bibliográfico, essa veio a se materializar, a partir da consulta a obras, artigos, livros e revistas de diversos autores que já realizaram a abordagem das temáticas levantadas do decorrer da pesquisa, com o intuito de construir o seu referencial teórico.

Palavras-chave: Desafios. Educação Especial. Educação Inclusiva.

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática: Desafios da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil. Levando em consideração tal temática, surgem alguns questionamentos que serviram de embasamento para a elaboração do presente trabalho, sendo

alguns deles: O que é Educação Especial? O que é Educação Inclusiva Quais? Quais os principais desafios para a materialização de uma Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas? De quem é essa responsabilidade? Quais os desafios da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva?

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se perceber a importância de se discutir sobre a temática delimitada, levando em consideração que essa realiza a abordagem de um tema que já é muito discutido no âmbito acadêmico, mas que ainda na contemporaneidade vem a ser algo presente no cotidiano de diversos profissionais da educação, inclusive de professores. A construção do presente trabalho busca ainda proporcionar um complemento junto às produções e pesquisas que já foram construídas acerca da temática em questão, sendo destinada, a toda a sociedade em geral, assim como também aos pesquisadores, estudantes e profissionais da área da educação e demais áreas afins.

A metodologia utilizada na construção do presente trabalho caracteriza-se como qualitativa, utilizando-se do método bibliográfico, essa veio a se materializar, a partir da consulta a obras, artigos, livros e revistas de diversos autores que já realizaram a abordagem das temáticas levantadas do decorrer da pesquisa, com o intuito de construir o seu referencial teórico. A abordagem utilizada na elaboração do trabalho foi a abordagem descritiva, dessa forma, foi realizado primeiramente um levantamento de bibliografias acerca da temática em questão. Em seguida foi realizada uma análise pertinente sobre essas bibliografias. Seguiu-se então com a construção dos elementos referentes à redação do trabalho.

Nesse sentido, o presente trabalho busca em seu objetivo geral: Analisar de forma crítica sobre os principais desafios nas escolas brasileiras relacionados a materialização da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Além do objetivo geral, é proposto também na construção desse trabalho, o alcance dos objetivos específicos, sendo esses: Realizar uma contextualização histórica acerca da história da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil e apontar os principais desafios na oferta de uma educação inclusiva nas escolas brasileiras.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1 Contextualização histórica acerca da trajetória da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil

A concepção de educação inclusiva é bastante ampla e complexa. Nesse sentido, a educação inclusiva pode ser compreendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, embora essa seja fruto de mudanças e lutas gradativas que se deram no decorrer dos anos. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Isso implica também na transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

As conquistas que se deram nesse âmbito não ocorreram da noite para o dia, mas sim, de forma gradual, marcadas por lutas e embates. Em sua amplitude a inclusão escolar não se restringe apenas à inclusão dos alunos com deficiência motora, sensorial ou cognitiva, mas acaba também se estendendo a todos os demais indivíduos no processo educacional. O movimento de inclusão das pessoas com deficiência é algo bastante recente, quando o analisamos historicamente, é possível perceber a existência discriminatória da escola e de toda sociedade, limitada a uma concepção de escolarização de um grupo seletivo e homogêneo de pessoas.

Dessa forma, os que não pertenciam a esse grupo ficavam excluídos da escola e da sociedade. No entanto, com a democratização da escola, surgiram então perspectivas de contradição, inclusão e exclusão. Neste sentido, inicia-se, então, o acesso das pessoas com deficiência às escolas, mas, num processo apenas de integrar e não de incluir. Essa modificação, ainda que lenta e pouco significativa, fomentou-se futuras e importantes mudanças nesse cenário para tentativas de uma educação que fosse mais inclusiva (Brasil, 2007).

No que se refere à educação especial no Brasil, surgiram, na década de 50, as primeiras ações do governo, em nível nacional, voltadas para as pessoas com deficiência através de campanhas sob a liderança de instituições privadas em conjunto com o governo federal (Muniz Arruda, 2007).

No entanto, de acordo com a autora Carvalho (2000), no final do século XX foram muitos os conflitos e as transformações que ocorreram, principalmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial.

Diante disso, no decorrer desses anos, surgiram algumas expressões, tais como: “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”, dentre outras. Entretanto, essa mesma autora ressalta que a ideologia da educação inclusiva vinha sendo difundida desde o

século XVIII por Pestalozzi e Froebel quando estes afirmam a importância do respeito à individualidade de cada criança (Carvalho, 2000, p.145).

A Lei nº 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) garantia o direito à educação em escolas de ensino regular para as crianças que fossem portadoras de alguma deficiência ou que fossem consideradas superdotadas.

No entanto, Muniz e Arruda (2007) esclarecem que a educação especial no Brasil, até a década de setenta, esteve sob a responsabilidade quase que total das instituições privadas. Até esse momento, a pessoa com deficiência ainda não era contemplada com uma política educacional voltada para o seu atendimento na rede pública de ensino brasileira.

A criação, no ministério da Educação e Cultura, do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela educação especial no Brasil difundindo o movimento da integração escolar dos indivíduos com restrições físicas ou mentais na década de setenta, foi um marco importante para implementação de uma política nacional voltada para a educação especial. Ao mesmo tempo houve um retrocesso na caminhada da política inclusiva com a promulgação da Lei nº 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos portadores de necessidades especiais, contribuindo dessa forma, para a segregação desses alunos em salas especiais.

Organizações não governamentais também exerceram forte influência na determinação das políticas educacionais. Figueira (2011) nos aponta que entidades filantrópicas, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Pestalozzi, pressionaram o governo durante a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, o que possibilitou a inclusão de um capítulo sobre a educação de pessoas com deficiência.

Um pouco mais frente, a Constituição Federal de 1988, define em seu artigo terceiro, inciso quinto, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm como objetivo fundamental: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Outros artigos que são referenciados por Brasil (2007) asseguram a frequência de todos às escolas regulares do sistema. Sendo um deles o artigo 205 que estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 56).

O artigo 206 garante ainda a igualdade de condições e de acesso e de permanência para todos na educação regular. Neste sentido, o inciso terceiro do artigo 208 ganha destaque ao definir como obrigação do Estado: Garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988 p.56).

Para reforçar e chamar a atenção dos pais como agentes importantes na educação dos filhos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu art. 55 vem estabelecer que: cabe aos pais ou responsáveis a obrigatoriedade de matricular seus filhos na rede regular de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva defende a inserção da modalidade da educação especial na proposta pedagógica da escola regular, trazendo contribuições para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, mas também apresenta limites que precisam ser superados para a sua materialização.

A referente política aborda ainda algo de grande importância, sendo a questão da formação dos professores para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. E afirma que os sistemas de ensino devem garantir a acessibilidade mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação, nos transportes escolares, das barreiras nas comunicações e informações (Brasil, 2008).

A fim de implementar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Governo Federal tem apresentado nos últimos anos, diversos programas e ações voltados para educação especial. A Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. O programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado (Brasil, 2007).

Seguindo essa perspectiva, vale ressaltar também a importância do programa Escola Acessível disposto a partir da resolução nº 27, de 27 de julho de 2012, destina recursos financeiros às escolas públicas da educação básica com matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, que tenham sido contempladas com salas de recursos multifuncionais (Brasil, 2012).

Apesar desses avanços que ocorreram na educação especial no Brasil, ainda nos deparamos com inúmeros desafios que se apresentam no cotidiano escolar e que ainda requerem iniciativas por parte de diversos atores para que esse direito à educação seja acessado por todas as pessoas sem fazer nenhum tipo de distinção. A seguir serão discutidos acerca dos principais

desafios e das principais perspectivas que cercam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil.

2.2 Desafios da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) define a educação especial como uma modalidade que deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil,1996). Entretanto, apesar dos avanços na legislação vigente e das políticas públicas, o desafio da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais ainda persiste em nosso país. As pessoas com deficiência possuem o direito de usufruir dos bens sociais, tais como: a educação, assim como qualquer outro cidadão. Já que a educação é, e deve ser vista como um direito de todos, um sistema educacional inclusivo deve garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os seus alunos.

No entanto, para que ocorra a real inserção das pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais, no contexto escolar, é necessário que seja realizado a definição e a execução de políticas públicas que tragam regulamentações, ações, orientações e que venham a garantir investimentos para a educação especial numa perspectiva inclusiva (Mendes, 2010; Miranda, 2003; Mantoan, 2006).

Contemporaneamente, a educação inclusiva pode ser definida como uma modalidade de ensino que perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o atendimento educacional especializado e disponibilizando os recursos e serviços necessários no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008).

Como já foi pontuado anteriormente, a educação especial ao longo da sua trajetória, perpassou por diferentes estágios, desde a organização de escolas especiais separadas das escolas regulares, modelo este recebeu várias críticas por contribuir para o aumento da segregação dos alunos com deficiência, levando a um sistema escolar paralelo que não favorecia a inserção social desses educandos (Mendes, 2010; Miranda, 2003; Mantoan, 2006).

Em outro momento, vigorava o modelo de integração, ao inserir os alunos com deficiência em escolas de modelo regular, o qual mostrou-se um limitado, considerando que não existiram mudanças significativas na organização dessas escolas para atender a essa nova demanda. Em anos recentes, surge a defesa da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. De forma genérica, a educação inclusiva refere-se à ideia de promoção de uma escola para todos (Mendes, 2010; Miranda, 2003; Mantoan, 2006).

A perspectiva de inclusão questiona as políticas e a organização da educação especial e regular e, também, o conceito de integração. Considerando que ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Dessa forma, todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A distinção entre inclusão e integração esclarece que as escolas precisam passar por uma transformação, para que possam acolher todos os alunos nos mais diferentes níveis de ensino (Mendes, 2010; Miranda, 2003; Mantoan, 2006).

Nesse sentido, pressupor que todas as pessoas devem ter o direito à educação implica no direito das pessoas com deficiência de frequentarem as escolas regulares, no entanto, ao afirmar o direito ao acesso ao sistema regular de ensino, esse modelo afirma a necessidade de que ocorram transformações na organização das escolas a fim de dar respostas às necessidades de todos os alunos. Dessa forma, torna-se necessário, a realização de mudanças na organização das escolas para que essas sejam capazes de incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo o seu acesso, a sua permanência e a sua aprendizagem.

Nesta perspectiva, Batalla (2009) nos afirma que a construção de sistemas educacionais inclusivos perpassa pela dimensão da inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares e enfatiza a necessidade de que ocorram mudanças estruturais e culturais na escola regular.

Os autores Magalhães e Cardoso (2011) afirmam ainda que, na perspectiva da educação inclusiva, não é o aluno que deve se adaptar a escola, mas a escola que deve ser modificada a fim de atender a demanda singular do aluno, oferecendo as condições de ensino e aprendizagem que atendam às necessidades dos educandos.

Diante disso, a educação inclusiva acaba se configurando como um paradigma emergente da educação especial. A educação inclusiva traz ainda como propostas: a promoção da diversidade nos sistemas de ensino regular; a convivência com as diferenças; a necessidade de mudanças nos sistemas de ensino para que criem as condições necessárias para promoção da educação de todos os estudantes (Batalla, 2009).

A educação especial na perspectiva inclusiva requer mudanças profundas nos sistemas educacionais. Batalla (2009) nos ajuda a refletir sobre essa questão ao afirmar que as escolas precisam rever as suas formas de organização, sua estrutura e, até mesmo, a cultura escolar para atender a todos os alunos sem exclusão. É necessário que a escola promova ainda as condições necessárias para a participação e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Cabe ainda destacar que a educação inclusiva pressupõe que todas as pessoas devem ter o direito à educação, isso implica no direito das pessoas com deficiência de frequentarem as escolas regulares junto aos demais alunos sem exclusão alguma. Esse modelo requer mudanças na organização das escolas a fim de proporcionar respostas às necessidades de todos os alunos (Magalhães; Cardoso, 2011).

Sendo assim, não basta apenas garantir o seu acesso, é necessário que sejam realizadas mudanças na organização das escolas para que as mesmas sejam capazes de incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo, além do acesso, a permanência e a aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, faz-se necessária a definição e implementação de políticas públicas, no âmbito nacional, que venham garantir as condições necessárias para efetivar um sistema educacional inclusivo.

Bonetti (2006) e Sander (2005) expressam que as políticas públicas podem ser situadas enquanto uma forma de intervenção pública na realidade social, que passam pela esfera estatal, mas que também são definidas a partir do jogo de forças entre os diversos atores sociais, capazes de transformarem determinadas realidades, ou pelo menos minimizar impactos relacionados a algumas problemáticas que estão ligadas a temática em questão.

Seguindo essa perspectiva, é possível perceber como ao longo da história do país diversos atores sociais influenciam nas definições das políticas públicas voltadas para a educação especial, desde os organismos internacionais até as organizações da sociedade civil. Dessa maneira, nota-se que as políticas públicas são ferramentas fundamentais para a implantação de um sistema educacional inclusivo no país, considerando que através delas são definidas e implementadas normas, diretrizes, programas e ações que irão chegar às escolas de todo o país.

Dessa forma, é possível notar também, que ocorreram mudanças na concepção de educação especial e que os últimos governos apontam para um discurso inclusivo e para implantação de uma política de educação inclusiva no país. Políticas, planos e programas foram lançados nos últimos anos com o intuito de implantar um sistema educacional inclusivo. Percebe-se ainda dificuldades como a falta de acesso às escolas, a dificuldade na formação de professores nesta área e problemas na qualidade da educação oferecida para o público-alvo da educação especial. Dificuldades essas que precisam ser enfrentadas para que de fato ocorra uma materialização efetiva da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar.

3.CONCLUSÕES

Após a análise e as discussões que foram realizadas no decorrer da elaboração e construção do presente trabalho foi possível perceber a grande relevância de se discutir sobre a temática delimitada, levando em consideração que atualmente, a atuação na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem se tornado um dos grandes desafios para todos aqueles que fazem educação na contemporaneidade.

Dessa forma, foi realizada ainda uma contextualização histórica acerca da trajetória da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, na qual foram pontuados os principais fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento, para a sustentabilidade e a sua legitimação. Compreendendo que as transformações no âmbito da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva não se deram da noite para o dia, e que essas são frutos de uma longa luta e diversos embates, envolvendo avanços e retrocessos.

Nesse sentido, notou-se ainda que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é um dos grandes desafios para todos aqueles que fazem educação na atualidade, envolvendo dessa forma, professores, pais, familiares, demais profissionais da educação, organizações governamentais, organizações não governamentais e sociedade civil, necessitando assim, de um maior empenho e dedicação para que essa Educação Inclusiva venha de fato a se materializar nas escolas públicas e privadas, contemplando em sua execução, os princípios da inclusão, igualdade e equidade.

Diante disso, percebeu-se também a necessidade da oferta de formações específicas para os profissionais que atuam com o público da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, levando em consideração que nem todos possuem especialização ou formação específica nessa área, o que acaba acarretando impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes com necessidades especiais. Dessa forma, a Educação Inclusiva vem muitas vezes se limitando à função desempenhada pelo cuidador e essa não é a proposta das atuais legislações vigentes que garantem e asseguram a oferta da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Conclui-se então, que diversos foram os avanços que ocorreram em relação à oferta da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas, entretanto esses ainda não foram suficientes para corresponderem às demandas existentes relacionadas à temática em questão. Dessa forma, torna-se necessário um maior empenho e dedicação por parte dos educadores, pais, sociedade civil, poder público e terceiro setor, no sentido de lutarem por mudanças e transformações positivas nesse âmbito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALLA, Denise Valduga. **Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira**. Fundamentos em Humanidades. Vol. 19, N. 1, 2009, p.77-89. Universidad Nacional de San Luis, Argentina. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=18411965005>>. Acesso em 08 de Jan. de 2026.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASÍLIA, **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. ed., DF, Secretaria de Educação Especial, 2002.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **LDB nº 9394, de 20 dez. 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília, DF: Ministério da educação e Cultura.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

CAMACHO. O. T. **Atenção à diversidade e educação especial**. In: STOBÄUS. C. D.; MOSQUEIRA. J. J. M. Educação Especial em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P.; CARDOSO, Ana Paula L.B. Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais. In MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org.). **Educação Inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília: Liber Livro. 2011. Cap. 1, p. 13-33.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** 2 ed. São Paulo. Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MIRANDA, A.A.B. **A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental.** Unimep, 2003.

MUNIZ, Eray Proença; ARRUDA, Êlcia Esnarriaga. **Políticas Públicas Educacionais e os Organismos Internacionais: influência na trajetória da educação Especial brasileira.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28,p.258_277,dez.2007. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art17_28.pdf>. Acesso em 08 de jan. de 2026.

ORSOLOM, L. A. M. **O Coordenador /Formador como um dos agentes de transformação da na escola.** In: BRUNO, E. B. G. O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da superstição à ciência.** São Paulo: EDUSP, 1984.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e Profissionalização Docente.** Curitiba: IBPEX, 2007.

SANDER, B. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação.** Brasília: Líber Livro Editora, 2005.